

**ANO II - EDIÇÃO Nº 362 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO:** Palmas, Terça-Feira, 12 de setembro de 2017

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 626/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS, matrícula nº 82407, para, em substituição, exercer o cargo de Chefe do Departamento de Finanças e Contabilidade, no período de 11 a 20 de setembro de 2017, durante o usufruto de Recesso Natalino, da titular do cargo Margareth Pinto da Silva Costa.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de setembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 627/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

Considerando a solicitação contida no Mem. nº 132/2017/CGMP, protocolizado sob o nº 07010177602201731, oriundo da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto PEDRO JAINER PASSOS CLARINDO DA SILVA para, em conjunto com o Promotor de Justiça AIRTON AMILCAR MACHADO MOMO, atuarem nos procedimentos extrajudiciais relacionados no Anexo Único desta Portaria, oriundos da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de setembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### ANEXO ÚNICO À PORTARIA Nº 627/2017

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS	
Inquérito Civil Público	003/2015; 067/2015; 073-A/2015; 091/2015; 095/2015; 099/2015; 008/2016; 011/2016; 045/2016; 090-A/2016; 092-A/2016; 093/2016; 094/2016; 097/2016; 108/2016; 112/2016; 113/2016; 114/2016; 115/2016; 116/2016; 117/2016; 120/2016; 121/2016; 122/2016; 145/2016; 179/2016; 196/2016; 224/2016; 230/2016; 231/2016; 006/2017; 011/2017; 031/2017; 044/2017; 051/2017; 058/2017; 061/2017; 065/2017; 066/2017; 071/2017; 072/2017; 079/2017; 091/2017; 095/2017; 104/2017.
Procedimento Preparatório	017/2015; 029/2015; 071/2016.
Procedimento Administrativo	016/2015.
Notícia de Fato	017/2017.

#### PORTARIA Nº 628/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008;

Considerando a solicitação contida no Mem. nº 131/2017/CGMP, protocolizado sob o nº 07010177600201741, oriundo da Corregedoria-Geral do Ministério Público;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça LUMA GOMIDES DE SOUZA para atuar nas Sessões Plenárias do Tribunal do Júri da Comarca de Formoso do Araguaia/TO, nos dias 21 e 28 de setembro de 2017, Autos nº 5000060-13.2004.827.2719 e 5000129-11.2005.827.2719, respectivamente, oriundos da Juízo da 1ª Escrivania Criminal de Formoso do Araguaia, e para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Figueirópolis/TO, no dia 17 de outubro de 2017, Autos nº 5000003-25.2009.827.2717, oriundo do Juízo da 1ª Escrivania Criminal de Figueirópolis, acompanhando os feitos até seus ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de setembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 629/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando as disposições da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins;

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA**  
Promotora Assessora do PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

#### RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 11 de setembro de 2017, THAYS SEABRA REZENDE DE CARVALHO, CPF nº 009.597.931-00, para provimento do cargo em comissão de Assessor Jurídico de Procurador de Justiça.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de setembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Recesso natalino

INTERESSADO: ANDRÉ RICARDO FONSECA CARVALHO

**DESPACHO Nº 442/2017** – À vista do que consta das informações consignadas nos assentamentos funcionais do Membro adiante nominado, DEFIRO, nos termos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça ANDRÉ RICARDO FONSECA CARVALHO para conceder-lhe 18 (dezoito) dias de folga a serem usufruídos no período de 28 de novembro de 2017 a 15 de dezembro de 2017, referentes aos dias que permaneceu em exercício durante o recesso natalino de 2016/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de setembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

## DIRETORIA-GERAL

### PORTARIA DG Nº 128/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - CAOMA, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010177684201713, em 06 de setembro de 2017, da lavra do Dr. José Maria da Silva Júnior, Procurador de Justiça e Coordenador do CAOMA.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Marlon Rodrigues Mesquita de Freitas, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, marcadas anteriormente de 11/09/2017 a 22/09/2017, assegurando o direito de usufruto desses 12 (doze) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 06 de setembro de 2017.

Uilton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

**PORTARIA DG Nº 129/2017**

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Gabinete da Diretoria-Geral.

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Dayane Ribeiro dos Reis, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, marcadas anteriormente de 11/09/2017 a 22/09/2017, assegurando o direito de usufruto desses 12 (doze) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

**PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 11 de setembro de 2017.

Uilton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

**24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 012/2017

INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0099

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar ocorrência de crimes ambientais em toda a extensão do Ribeirão Taquaruçu Grande.

INVESTIGADO: Município de Palmas

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 28 de junho de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 013/2017

INVESTIGANTE: 24ª Promotoria de Justiça da Capital

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0039

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar a prática de maus tratos no estabelecimento comercial investigado.

INVESTIGADO: A Fortaleza Agropecuária

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 30 de junho de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 014/2017

INVESTIGANTE: 24ª Promotoria de Justiça da Capital

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0043

FATO EM APURAÇÃO: Verificar o cumprimento da revitalização pelo plantio de mudas de árvores na APM-20, localizada na Quadra 503 Norte;

INVESTIGADO: Município de Palmas – Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 14 de julho de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 016/2017

INVESTIGANTE: 24ª Promotoria de Justiça da Capital

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008;

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0111;

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar denúncia de lixão a céu aberto na Quadra 611 Sul em Palmas.

INVESTIGADO: Município de Palmas

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 16 de agosto de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 018/2017

INVESTIGANTE: 24ª Promotoria de Justiça da Capital

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008;

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0091;

FATO EM APURAÇÃO: Apuração de danos ambientais e consequente responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente pela construção de empreendimentos ao longo do Ribeirão Taquaruçu e seus afluentes.

INVESTIGADO: DÁRIO DE OLIVEIRA(Chácara Riacho Doce), VALDENIR BORGES (Chácara Fenix), VALDINÊZ FERREIRA MIRANDA(Chácara Irecê) E PEDRO OLÍMPIO(Estância Cachoeira do Vale).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 17 de agosto de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 019/2017

INVESTIGANTE: 24ª Promotoria de Justiça da Capital

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008;

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0065;

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar os danos ambientais decorrentes das atividades de terraplanagem, pavimentação e drenagem da Quadra ARSO 151, Palmas -TO.

INVESTIGADO: G10 Empreendimentos Imobiliários Ltda

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 17 de agosto de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou

subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 020/2017

INVESTIGANTE: 24ª Promotoria de Justiça da Capital

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008;

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0092;

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar o corte de árvores em área de preservação permanente, margens do córrego São João, Município de Palmas, sem autorização do órgão competente.

INVESTIGADO: Edinaldo Gomes da Silva.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 17 de agosto de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 021/2017

INVESTIGANTE: 24ª Promotoria de Justiça da Capital

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008;

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0143;

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar notícia de funcionamento de empreendimento potencialmente poluidor, sem licença ou autorização do órgão ambiental competente.

INVESTIGADOS: L.H das Neves Eireli-ME

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 21 de agosto de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 022/2017

INVESTIGANTE: 24ª Promotoria de Justiça da Capital

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008;

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0152;

FATO EM APURAÇÃO: Apurar a ocorrência de desmatamento em área de Preservação Permanente e Reserva Legal na Fazenda Serra Dourada.

INVESTIGADOS: Gilvania Lopes Porto Inácio, Pedro V. Martins, Mauri de Lima, Bernardino da Silva, Domingos B. Dos Anjos, Getúlio Santana Neres, Etevaldo L. de Sá e Donizet B. da Silva.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 24 de agosto de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO  
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 023/2017

INVESTIGANTE: 24ª Promotoria de Justiça da Capital

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008;

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0144;

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar destruição de 0,129 ha de Vegetação Natural em Área de Preservação Permanente – APP do Córrego Brejo da Lagoa, sem autorização ambiental expedida pelo órgão competente, na Chácara nº 66 – Recanto dos Buritis.

INVESTIGADO: José Carlos Carneiro da Silva

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 25 de agosto de 2017.

202 Norte, Conj. 03, Av. LO 4 c/Av. Teotônio Segurado, S. 229 –  
Fone 3216-7600 – Palmas – TO – CEP: 77.006.218

**8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI****NOTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO**

Inquérito Civil Público nº 32/2017

**EDITAL**

O Promotor de Justiça, Dr. Roberto Freitas Garcia, Titular da 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 209, § 1º, da Resolução nº 009/2015 (Regimento Interno), do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, NOTIFICA o Representante Anônimo, acerca da Promoção de arquivamento proferida nos Autos do Inquérito Civil Público nº 32/2017, instaurado para apurar supostos atos de improbidade administrativa, atribuídos ao enfermeiro Ricardo Rodrigues de Oliveira, consistentes em recebimento de salários sem a correspondente contraprestação laboral em plantões em unidade de saúde no Município de Crixás do Tocantins, nos meses de fevereiro a maio de 2017. Esclarecendo que os Autos deste Procedimento serão encaminhados ao Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins e, caso queiram, até a data da seção em que será homologado ou rejeitado tal arquivamento, as pessoas co-legitimadas poderão interpor recurso contra tal decisão, apresentando razões escritas ou documentos que serão juntados aos autos, nos termos do art. 21, § 3º da Resolução nº 03/2008/CSMP-TO e art. 10º, § 1º, da Resolução CNMP nº 023/2007.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO  
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 2017.0002101, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 632/2017

INVESTIGANTE: 8.ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Tutela Coletiva – Patrimônio Público

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08; 2º, Inciso III, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP e 4º, §§ 3º e 4º, Resolução nº 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia jornalística veiculada no JA 1ª Edição

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público (9985). Atos administrativos (9997). Violação aos princípios da Administração Pública (10014)

FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostas irregularidades envolvendo a execução de contrato administrativo cujo objeto é a reforma da Escola Estadual Anita Cassimiro Moreno, em Aliança do Tocantins

REPRESENTANTE: De Ofício

REPRESENTADO: Secretaria de Educação do Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 05 de setembro de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 04/09/2018.

**9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI****NOTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO**

Inquérito Civil Público nº 39/2017 - 9PJG

**EDITAL**

A Promotora de Justiça, Drª. Jussara Barreira Silva Amorim, Titular da 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 209, § 1º, da Resolução nº 009/2015 (Regimento Interno), do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, acerca da notificação dos interessados através de publicação na Imprensa Oficial ou afixação no mural quando da não localização daqueles que devem ser cientificados das decisões proferidas em Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório, NOTIFICO a Srª. Maria Lenir Nunes Lima acerca da Promoção de Arquivamento proferida nos Autos do Inquérito Civil Público nº 39/2017, instaurado para apurar situação de risco e vulnerabilidade do adolescente H.N.R (12 anos de idade), o qual deixou de frequentar as aulas na Escola Municipal Professora Ilsa Borges Vieira, no município de Gurupi-TO. Consigna que, caso queira, a pessoa co-legitimada poderá interpor recurso contra tal decisão, acompanhado das respectivas razões, perante esta 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento deste (art. 12, § 1º, da Resolução nº 003/2008/CSMP/TO).

Gurupi-TO, 11 de setembro de 2017.

Jussara Barreira Silva Amorim  
Promotora de Justiça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ANANÁS

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 12/2017

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 12/2017

INVESTIGANTE: Rui Gomes Pereira da Silva Neto

FUNDAMENTOS:

Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6o e 8o, § 1o, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Ananás/TO.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar as condições de funcionamento e estruturais do Conselho Tutelar de Ananás-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Ananás/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ananás/TO, 15 de agosto de 2017.

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTE ALTA DO TOCANTINS

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 11/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO

FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento preparatório de Inquérito Civil nº 11/2017.

FATOS EM APURAÇÃO: averiguar se a inadequada e ineficaz prestação de serviço de água encanada aos cidadãos do Setor Sul em Ponte Alta do Tocantins/TO pode ser tipificada como ato atentatório aos direitos do consumidor, consoante artigo 6º, X, do Código Consumerista, averiguando ainda, os limites da eventual responsabilidade da ATS – Agência Tocantinense de Saneamento.

INVESTIGADOS: Saneatins Ambiental/Odebrecht e ATS.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 31 de agosto de 2017.



(63) 3216-7598

(63) 3216-7575



[www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br)



[ouvidoria@mpto.mp.br](mailto:ouvidoria@mpto.mp.br)

